



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Bernardim, Márcio Luiz

Formação universitária, expectativas e condições de inserção profissional

Educação Unisinos, vol. 18, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 130-138

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644343004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Formação universitária, expectativas e condições de inserção profissional

University education, expectations and conditions of professional insertion

Márcio Luiz Bernardim
marcio.bernardim@gmail.com

Resumo: Este artigo trata da relação entre educação e trabalho a partir de investigação empírica com estudantes universitários. Os dados foram obtidos mediante a aplicação de um questionário a alunos de diversos cursos de uma universidade pública do interior do Estado do Paraná. Os resultados apresentam a caracterização desse público quanto à situação de emprego durante o percurso que vai do ingresso na universidade à formatura, bem como as perspectivas de futuro quanto ao trabalho e à educação; mostram, ainda, as percepções dos estudantes quanto ao mercado de trabalho e suas relações com a educação escolar. A utilização de referencial teórico da área e o cotejamento dos dados empíricos obtidos com outros estudos similares e indicadores estatísticos oficiais permitem perceber que, apesar da pressão social para que os jovens continuem os estudos em nível universitário, isso por si só não assegura a inserção profissional e sequer garante melhores condições de trabalho e renda.

Palavras-chave: formação universitária, mercado de trabalho, emprego, desemprego, educação.

Abstract: This article deals with the relation between education and work on the basis of an empirical inquiry performed among university students. The data were obtained through a questionnaire applied to undergraduate students of selected courses of a public university in Paraná State. The results present the characterization of these students in terms of employment from the moment they begin their studies until graduation, as well as the prospects in the areas of work and education. They also discuss the students' perceptions of the labor market and its relation with school education. The use of theoretical references in the area and the comparison of the empirical data with other similar studies and official statistics show that in spite of the social pressure for young people to pursue a university degree, this in itself does not guarantee their insertion in the labor market or better work and salary conditions.

Keywords: university education, labor market, employment, unemployment, education.

Introdução

A sociedade do século 21 recém-inaugurado tem observado uma série de mudanças significativas no âmbito das relações de produção e, por conseguinte, das relações sociais mais amplas. Não que esse fenômeno seja recente, mas é consensual entre os estudiosos que a sociedade vive hoje uma fase de ebulação técnico-científica que apresenta uma série de avanços e, ao mesmo tempo, muitos novos problemas a serem equacionados no interesse da manutenção das condições de vida da população.

O acúmulo de conhecimento da humanidade é que permitiu a “revolução” proporcionada pela tecnologia de base microeletrônica das últimas décadas, com reflexos fantásticos sobre a capacidade de geração e armazenamento de dados, sobre as inovações no campo das telecomunicações e sobre o avanço científico na área da biomedicina, para citar apenas alguns.

Ao mesmo tempo, o rearranjo produtivo decorrente do uso intensivo de trabalho objetivado em máquinas e equipamentos cada vez mais inovadores ocasiona problemas como o descompasso entre formação e demandas produtivas, a precarização do trabalho em geral, e principalmente daquele considerado não qualificado, chegando até mesmo à desnecessidade do trabalho vivo em operações antes geradoras de inúmeros empregos.

Desse modo, a racionalidade tecnológica gestada pelo capitalismo enquanto sistema hegemônico de produção carrega tanto a potencialidade de melhorar quanto de piorar a vida da classe trabalhadora, mais sensível por depender exclusivamente da sua própria capacidade de trabalho para sobreviver. No caso específico dos mundos do trabalho e da educação, os reflexos podem ser

immediatos e, às vezes, irreversíveis, como o fechamento de uma unidade produtiva resultante do ataque especulativo entre concorrentes, ou a utilização de um novo padrão tecnológico em uma determinada planta fabril ou área de prestação de serviços, que pode resultar na obsolescência das qualificações dos trabalhadores.

No caso do Brasil, a falta de políticas públicas consistentes voltadas à educação, conforme demonstram os baixos índices de escolarização da população durante todo o século 20, não foi suficiente para impedir o interesse de tantos que veem na educação básica uma necessidade, e na educação superior um diferencial de qualificação que aumente as chances de inserção profissional em melhores condições de trabalho e renda.

Se os indicadores educacionais vêm melhorando, ainda que estejam bastante aquém do padrão dos países desenvolvidos ou mesmo de outros países em desenvolvimento, o mesmo não se pode dizer das condições de trabalho e renda da população, que parece não guardar relação direta com os novos perfis de escolarização.

Nesse sentido, este artigo apresenta o resultado de parte de um esforço investigativo permanente realizado para compreender as condições de trabalho do público que acorre à universidade, mediante análise comparativa entre as configurações profissionais preexistentes e aquelas observadas ao final do curso. Se o desemprego, a informalidade e o trabalho precário (conceitos a serem retomados no decorrer do texto) são fenômenos cada vez mais presentes na vida dos trabalhadores em geral, resta saber o potencial que o ensino superior tem de afastar ou minimizar esses riscos para os seus egressos.

Assim, embora não trate de um tema original, este estudo procura apresentar novos olhares sobre um

problema que interessa a todos indistintamente, e à classe trabalhadora em especial, qual seja, o da relação entre educação e trabalho na perspectiva dos universitários, um estrato da população tido como altamente qualificado.

Metodologia

Conforme já anunciado, este artigo apresenta dados de pesquisas empíricas que vêm sendo realizadas de forma contínua e que se preocupam em analisar as relações entre os mundos do trabalho e da educação. Especificamente neste relato, demonstram-se os resultados de um estudo feito com estudantes universitários, e cujos dados foram obtidos mediante a aplicação de questionário estruturado.

Os estudantes abordados frequentavam diversos cursos, de oferta diurna e noturna, de licenciatura e bacharelado, em um dos *campi* de uma universidade pública do interior do Estado do Paraná. Os questionários foram preenchidos em sala de aula, pelos próprios alunos, com a presença e acompanhamento dos pesquisadores (professor e bolsista de IC). Ao todo foram pesquisados 238 estudantes universitários do último ano do curso na primeira edição (1998), e 290 universitários também do último ano do curso na segunda edição do estudo (2009).

O projeto de pesquisa foi submetido a um Comitê de Ética e os estudantes autorizaram o uso e divulgação das informações, mediante assinatura em termo de consentimento, mantido o sigilo nominal das fontes. O questionário aplicado visava coletar dados que permitissem conhecer e descrever: a caracterização do perfil do aluno; a situação de trabalho e renda do aluno no início e final do curso; ocorrências durante o curso (obtenção, mudança ou perda de emprego, promoção funcional,

etc.); perspectivas profissionais e educacionais quando da conclusão do curso.

Os dados obtidos, após passar por um trabalho de compilação, tratamento estatístico e análise, proporcionaram um diagnóstico da situação dos estudantes com relação à inserção no mercado de trabalho. Também foi feita uma sondagem quanto aos fatores que influenciam na obtenção de trabalho e renda, além de um estudo comparativo com os dados quantitativos referentes a uma outra edição da mesma pesquisa, realizada na mesma instituição, 11 anos antes.

Resultados e discussões

Antes de iniciarmos a análise dos dados empíricos obtidos, situamos aqui os conceitos de desemprego, informalidade e trabalho precário, já anunciados na introdução do artigo, os quais foram abordados no desenvolvimento do estudo.

Segundo o IBGE (2013), compõem o grupo dos desocupados (desempregados) as pessoas que não trabalharam em um determinado período de referência, mas que estavam dispostas a trabalhar e tomaram alguma iniciativa nesse sentido, seja consultando anúncios de emprego, procurando empresas ou pessoas, etc.

Para efeito da nossa pesquisa, optamos por classificar os universitários como: desempregados voluntários – aqueles que optaram ou aceitaram a condição de inatividade durante determinado período do percurso universitário (início ou final do curso); desempregados involuntários – aqueles que embora tenham feito tentativas de se inserir no mercado de trabalho ou de empreender, não conseguiram auferir renda por intermédio do trabalho.

O termo informalidade, por seu turno, apresenta muitas possibi-

lidades explicativas, dependendo dos objetivos e do campo de estudo em que é considerado. A análise de Filgueiras *et al.* (2004) mostra que a informalidade tem sido utilizada para explicar três situações macroeconômicas que marcam as formas de inserção laboral dos trabalhadores:

- (i) como setor informal, que se constitui com o excedente de mão de obra resultante do elevado crescimento demográfico e da não absorção, pelo mercado de trabalho urbano, do contingente de pessoas que migraram para as cidades;
- (ii) como economia/trabalho subterrâneo, que se explica pela mudança no padrão produtivo e pelo desmoronamento do *welfare state* nos países ricos, o que dificultou a absorção de todos os trabalhadores no chamado mercado tradicional assalariado e ocasionou a ampliação do número de pessoas que prestam serviços e obtêm renda mediante relações de trabalho não previstas pela legislação;
- (iii) como atividades/trabalhos não fordistas, que expressam a junção dos trabalhadores em atividades não tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, com os trabalhadores de atividades não registradas (sem carteira assinada), ainda que tipicamente capitalistas.

No decorrer da nossa pesquisa empírica, pedimos que os universitários se autodeclarassem em função das condições de trabalho e obtenção de renda, estabelecendo como critério o aspecto de legalidade da atividade desenvolvida. Assim, caracterizava a informalidade o trabalho assalariado, ou por conta própria, quando realizado sem a cobertura trabalhista e previdenciária.

Não há ainda consenso dos estudiosos quanto ao conceito de trabalho precário, de modo que alguns assim o consideram quando realizado em condições adversas, ainda que legais, como nas ocupações de baixo prestígio social e valor econômico ou expostos a contratos

temporários; outros, todavia, só consideram precário o trabalho que foge às prescrições legalmente estabelecidas para o conjunto dos trabalhadores, como no caso dos trabalhadores sem carteira assinada.

Neste trabalho, não temos o objetivo de discutir a pertinência do uso do conceito de trabalho informal como trabalho precário ou como pior do que o trabalho formal. A simples dicotomização entre trabalho formal e trabalho informal (como precário) é insuficiente para expressar as condições sob as quais se realiza o trabalho e se explora a força de trabalho, conforme alerta Beloque (2007, p. 13):

[...] imputar a qualidade de “precárias” a atividades econômicas em razão de sua ilegalidade implica, em um só ato, de um lado, guindar o “emprego formal”, estável e com conquistas pessoais cumulativas, à condição de virtude, pois precarizar significa minguar, degradar em relação a um estado anterior que se julga superior e, de outro lado, elidir da análise as condições de expropriação e de subordinação nas quais se realiza o trabalho assalariado, isto é, o “emprego” no processo de produção e reprodução do capital.

Assim, para efeito deste estudo, que se limita a inventariar e classificar as formas de inserção profissional dos estudantes universitários, consideramos “informais” todos os tipos de trabalho realizados sem registro em carteira e/ou sem contribuição previdenciária, inclusive os “por conta própria”.

Quanto à precariedade laboral, consideramos as percepções dos próprios estudantes pesquisados, que ora associam o trabalho precário à informalidade e ora o associam às condições de inserção laboral e de obtenção de renda, independentemente de isso se dar no mercado de trabalho formal ou informal.

Feita essa retomada conceitual, tomamos como ponto de partida da nossa análise a Tabela 1 a seguir, organizada como recurso metodológico que sintetiza a situação dos universitários pesquisados em relação à inserção no mercado de trabalho e que serve de referência para a discussão dos resultados.

Os dados permitem constatar o caráter indutor da escolarização na obtenção de trabalho e renda, tendo em vista a melhora entre o início e o final do curso, o que se observou nos dois períodos de investigação. Na análise da amostra de 1998, a parcela de alunos que trabalhavam no início do curso passou de 69,0% para 80,2% ao final do curso. Já na amostra de 2009, tanto a parcela dos que trabalhavam no início (58,6%) quanto a dos que trabalhavam ao final do curso (73,5%) foram menores.

Ao realizar pesquisa sobre a desigualdade nas condições de emprego/desemprego, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA (2009), detectou que os desempregados pobres tendem a ter maior dificuldade de conseguirem uma vaga no mercado de trabalho,

mesmo tendo mais escolaridade, levando à conclusão de que a educação “é condição necessária para o acesso a um melhor posto de trabalho, mas não é necessariamente suficiente para isso”, conforme declarou o presidente do Instituto. Tal constatação corrobora os resultados da nossa pesquisa com os universitários, que reforça o papel da educação escolar na inserção profissional, mas também revela outros fatores implicados nessa transição escola-trabalho.

Considerada a totalidade da amostra da nossa pesquisa, verifica-se que, entre os concluintes de 1998, a participação dos alunos involuntariamente sem trabalho e renda (desempregados) se reduziu em 3,2 pontos percentuais, enquanto entre os concluintes de 2009 essa redução foi de 9,3. Esse último dado seria motivo de comemoração caso a participação final dos desempregados em relação à amostra não fosse de 8,3%, praticamente o mesmo índice de 1998, que foi de 8,5%.

Tais números permitem concluir que, embora a trajetória na universidade tenha um potencial de melhoria na obtenção de trabalho

e renda, há limites relacionados às condições estruturais meso e macroeconômicas. Mas o discurso dominante, inclusive no âmbito do sistema produtivo, associa a maior escolarização a garantias de acesso e permanência no mercado de trabalho em condições de vantagem. Todavia, se a escola é importante e o estudo deve ser sempre incentivado, não se devem perder de vista os limites da educação, e os equívocos que se cometem ao desviá-la do seu verdadeiro sentido, conforme esclarecem Sparta e Gomes (2005, p. 51):

[...] apesar do discurso do poder público em favor de uma educação profissional de maior qualidade e de uma educação superior mais ampla, a sociedade brasileira ainda se encontra extremamente influenciada por concepções antiquadas sobre tais esferas educacionais. Assim, as influências marcantes de escolha profissional acabam se reduzindo ao papel histórico do ensino médio como preparatório para a educação superior, à desvalorização da educação profissional como alternativa de estudo para a população carente ou para quem não tem interesse no

Tabela 1. Distribuição dos estudantes de uma universidade pública, segundo a situação de trabalho.

Table 1. Distribution of the students of a public university, according to their work situation.

Situação de trabalho	1998		2009	
	% no início do curso	% no final do curso	% no início do curso	% no final do curso
Emprego formal	50,0	55,9	39,3	44,5
Emprego informal	12,2	13,4	15,2	22,4
Por conta própria formal	4,7	5,9	1,4	2,1
Por conta própria Informal	2,1	5,0	2,7	4,5
Subtotal	69,9	80,2	58,6	73,5
Desemprego voluntário	19,3	11,3	23,8	18,3
Desemprego involuntário	11,7	8,5	17,6	8,3
Subtotal	30,1	19,8	41,4	26,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa com universitários do último ano do curso (1998-2009).

ensino superior, e a percepção da educação superior como alternativa de profissionalização de maior status social.

Considerando-se que a Pesquisa Mensal de Emprego – PME (IBGE, 2012) tem apresentado indicadores de desemprego em curva descendente, partindo de 12,4% em 2003, ficando em 9,3% em 2007 e chegando a 4,6% em 2012, constata-se que fazer parte de um estrato altamente escolarizado não garante ao universitário necessariamente um risco menor de desemprego. Prova é que, no lapso do período pesquisado (1998 e 2009), o desemprego entre os universitários permaneceu praticamente estável (8,5% e 8,3%), não acompanhando a tendência de queda observada na década.

Por outro lado, o curso universitário parece potencializar a inserção profissional, conforme revelam Nunes e Carvalho (2007, p. 209):

O desemprego atinge de forma diferenciada os portadores de diploma universitário e aqueles que não foram expostos à educação superior e ao conhecimento formal adquirido neste nível educacional. [...] a taxa de ocupação é maior para os que possuem ensino superior completo do que ensino médio, em todas as faixas etárias.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010), estima que um em cada cinco jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos esteja desempregado e que os jovens representem 40% dos desempregados no mundo, com tendência de piora desse índice, em função das sucessivas crises financeiras de dimensões globais. No Brasil, não é diferente, uma vez que o desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos tem ficado acima de 13%, ou quase o triplo da população adulta, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD (IBGE, 2012).

Estudo de Ribeiro e Neder (2009, p. 505) demonstra, inclusive, que

o núcleo dos desocupados que enfrentam maiores dificuldades de obtenção de ocupação é o dos jovens, conforme vários estudos já apontaram; contudo, entre os jovens pobres, tais dificuldades se intensificam. No atual cenário econômico, nem mesmo os jovens pobres escolarizados têm menores taxas de desocupação.

Assim, embora os jovens estejam em condições de desvantagem laboral quando comparados com os adultos, também é verdade que aumentam seus índices de ocupação na medida em que possuem maior escolarização. Logo, não parece que a estratégia de reduzir a importância da escola e tangenciar os seus objetivos para a qualificação de mão de obra seja o caminho mais adequado. Por outro lado, igualmente inadequado seria desconsiderar a expectativa que os jovens têm de encontrar na escola uma contribuição para o enfrentamento de um mercado de trabalho altamente competitivo.

A inserção profissional é um dos grandes problemas enfrentados pelos jovens. Em artigo que trata das sociologias relacionadas à dinâmica do trabalho, Guimarães (2009) apresenta o resultado de investigações em São Paulo em comparação com pesquisas realizadas em outras grandes cidades globais, como Tóquio e Paris. Entre tantas outras considerações, a estudiosa conclui que

o acesso a oportunidades de trabalho muitas e muitas vezes se resolve por meio de mecanismos que escapam à racionalidade e às instituições especializadas do mercado, e passa pelas redes tecidas pelos indivíduos em suas distintas esferas de sociabilidade no curso da vida cotidiana. [...] mas observei também que era precária a qualidade dos empregos obtidos através dos circuitos de maior proximidade; eles duravam pouco e

produziam inserção de baixo prestígio se comparados aos empregos obtidos através dos circuitos profissionais de circulação da informação (Guimarães, 2009, p. 161-162).

Tais constatações ajudam a entender um pouco, embora nesse caso pela ótica das estratégias de gestão de carreira e pelas barreiras sociais, as dificuldades enfrentadas pelos jovens estudantes que se ressentem de melhor condição econômica e, por conseguinte, de melhores redes sociais das quais possam se valer para enfrentar os problemas de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Apesar de os índices de desemprego serem relativamente altos para o público abordado na nossa pesquisa, é importante registrar que 74% dos estudantes que já trabalhavam quando do ingresso na universidade declararam que o curso escolhido contribuiu positivamente para se manter ou conseguir o emprego atual, evidenciando certa mobilidade e/ou flexibilidade associada à maior escolarização. Segmentando por gênero, esse índice ficou em 68% entre os homens e em 79% entre as mulheres, demonstrando que para elas a inclusão universitária tem um impacto maior sobre a inserção profissional, apesar de persistirem índices de desemprego maior entre elas quando comparadas ao grupo masculino. No conjunto dos dados pesquisados, elas representam 66% do total de alunos, mas 69% dos que se encontram desempregados.

Sobre essa questão de gênero e mercado de trabalho, o estudo de Borges (2010), com base nos dados da PNAD, demonstra que, entre 2002 e 2009, as mulheres ampliaram sua participação em todos os grandes agregados do mercado de trabalho urbano no Brasil, independentemente do nível de escolaridade alcançado, representando 45% da

População Economicamente Ativa e 40,7% dos empregados formais, permanecendo majoritárias somente no grupo dos desempregados.

A mobilidade funcional e/ou ocupacional percebida na pesquisa com os universitários, e já referida neste artigo, pode ser explicada tanto pelas condições específicas e pontuais do ambiente de trabalho quanto pelas melhores oportunidades relacionadas ao avanço escolar. Quando em outra questão apenas 31,7% dos respondentes afirma ter mudado de trabalho em condições de promoção ou avanço na carreira, infere-se que a maior parte muda de trabalho por condições outras que não a melhoria qualitativa da ocupação. Considerando que inúmeros alunos pesquisados afirmaram ter conseguido oportunidades de estágio mediante o ingresso na universidade, é permitido concluir que, mesmo ampliada, a possibilidade de inserção profissional se materializa em situações de trabalho mais precárias e de menor qualidade, conforme demonstra o relato de uma das alunas: “Sou estagiária. Só consegui o trabalho por fazer Letras [...] Meu contrato acaba esse mês” (E194)¹.

Mais incisiva sobre tal precariedade é a fala de um aluno quando questionado sobre as condições de trabalho e renda:

No contexto atual, podemos dizer que as condições de trabalho são precárias, não há empregos formais o suficiente para atender à população e com as políticas neoliberais o governo pouco faz para mudar essa situação, onde os pobres ficam cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, a distribuição de renda é muito desigual (E143).

Aliás, a dificuldade de inserção por parte dos jovens pode ser o refle-

xo visível de um imbricado conjunto de fatores, que vai da objetiva falta de oportunidades decorrente da situação macroeconômica, passa pelo descompasso entre procura e oferta explicado pelos fatores geográficos e demográficos e se desdobra, inclusive, na incompatibilidade das condições estruturais e demandas do sistema produtivo com as oportunidades educacionais, notadamente da modalidade escolar.

Em pesquisa com estudantes universitários e que apontou a emergência de dois fenômenos ligados ao desemprego e ao retardamento do ingresso no mercado de trabalho por parte dos jovens melhor escolarizados, Gondim (2002, p. 307) relata que, segundo os estudantes, “a alternativa para a insegurança [percepção de incapacidade técnica] passa a ser a pós-graduação, na esperança de terem um perfil mais definido, adiando, na prática, o ingresso no mercado de trabalho”. Mais à frente, aprofundando a questão, a pesquisadora esclarece que referida “insegurança” está relacionada à percepção que os estudantes têm das demandas do mercado:

Os estudantes demonstraram reconhecer que há necessidade permanente de qualificação para se manter no mercado de trabalho, mas o motivo principal que está levando boa parte deles para a pós-graduação é o despreparo para o mercado profissional. Isto ficou muito evidente quando a discussão centrava-se no perfil que eles acreditavam estar sendo requerido no mercado de trabalho e sobre a decisão que haviam tomado sobre seu futuro profissional (Gondim, 2002, p. 307).

O prolongamento do tempo de estudos como estratégia de enfrentamento do desemprego e da precariedade laboral, aliás, foi a constatação

que fez Mattos, ao investigar um grupo de alunos de pós-graduação *stricto sensu* de uma universidade pública:

[...] ainda que até o presente momento não exista relação direta entre desemprego e renda econômica, conforme os dados empíricos coletados e a literatura específica, podemos inferir que a busca por cursos de pós-graduação torna-se uma estratégia para evitar ou mascarar o desemprego, quando não de obtenção de renda, pela aquisição de bolsa (Mattos, 2011, p. 44).

Embora a questão do desemprego tenha múltiplas causas e variadas formas de enfrentamento, os jovens desempregados, especialmente os menos pobres e que, por isso, têm menos urgência de trabalhar, internalizaram o discurso de que somente os mais bem preparados terão condições de se inserir profissionalmente e se manter em condições vantajosas. Nesse sentido, a escola leva a culpa de não os ter preparado adequadamente para suprir as exigências do mercado de trabalho, conforme depoimento de um dos estudantes abordados na nossa pesquisa, pelo menos no sentido de relativização do poder da certificação escolar: “Segundo meus pais, um diploma significa portas abertas para o mercado. Na minha opinião, acredito não ser essa a realidade” (D74).

O curioso de tudo é que, mesmo que a culpa da falta de habilidades e competências seja atribuída à escola, é a ela que os mesmos alunos recorrem para suprir essa deficiência, mediante o ingresso na pós-graduação para melhorar a qualificação, ou pelo menos o currículo, conforme atesta o estudo de Gondim (2002), ou para consorciar melhoria da qualificação com obtenção de renda, de acordo com o estudo de Mattos (2011).

¹ Código utilizado pelo pesquisador para identificar e manter o anonimato do/a estudante.

Mas até no caso dos alunos menos pobres, que dispõem de condições para se manter sem emprego, a decisão de inserção é acompanhada de uma postura de flexibilização nas exigências e aceitação de condições consideradas não ideais, conforme declara um dos universitários abordados, quando instado a se manifestar sobre o tempo que poderia ficar desempregado após a conclusão do curso: “Seis meses. Acabo aceitando qualquer tipo de emprego, mesmo que não seja nas áreas em que atuo” (D61).

De toda sorte, o adiamento do ingresso no mercado de trabalho, aliado ou não à continuidade dos estudos, pode representar, num primeiro momento, uma decisão do aluno-formando, mas a partir de um determinado momento pode perder a característica de uma manifestação de vontade, para constituir-se em uma imposição das condições do mercado de trabalho, levando inevitavelmente à postergação da iniciação profissional. A esse respeito, estudos sobre o mercado de trabalho pelo enfoque demográfico, realizados por Tomás *et al.* (2008, p. 105), permitiram concluir que

um aumento na idade média de inserção no mercado de trabalho indica um prolongamento da condição de inatividade que não parece ser justificado apenas pelo prolongamento dos estudos, já que se sabe que muitos jovens combinam ambas as atividades. Mas pode ser explicado conjuntamente com as dificuldades decorrentes do mercado de trabalho e as mudanças culturais na transição para a vida adulta. Além disso, esses resultados corroboram aqueles encontrados em estudos sobre mercado de trabalho e gênero, em que se observam crescimento da participação feminina e redução na participação e ocupação masculina.

Mas há casos em que os alunos demonstram maior isenção em rela-

ção aos discursos que transitam no terreno arriscado tanto da desvalorização da educação escolar quanto da supervalorização das supostas demandas do sistema produtivo. Nesses casos, encontram-se opiniões equilibradas sobre as condições de trabalho no sistema capitalista:

Penso que as condições de trabalho na sociedade atual têm mais de uma direção. Para os que têm pouca instrução formal, sobra muito trabalho físico, muitas horas de trabalho, pouca remuneração. Para aqueles que têm emprego, sobra muito esforço para se manter no emprego, sofrimento para estudar e superar o momento de assalariado mínimo. Para aqueles que têm uma relativa formação, o mercado exige constante aperfeiçoamento (E74).

Por fim, os elementos de desemprego voluntário, retardamento de ingresso e emprego precário investigados e analisados neste estudo são esclarecedores da forma de funcionamento dos sistemas produtivos e educacionais sob o capitalismo. Como nesse sistema de produção é a lógica mercantil que estabelece e dinamiza as relações sociais, inevitável que haja um conflito permanente entre as demandas de cada um desses sistemas.

Não obstante a especificidade da universidade e a aura de relativa autonomia que a encobre, ela também presta um serviço educacional de caráter escolar. Uma retrospectiva dos momentos históricos por que passou a escola ajuda a compreender a sua função na sociedade atual. Segundo Laval (2004, p. 7), inicialmente houve

um período no qual a principal função da escola era a integração moral, linguística e política à Nação; depois, um período no qual o imperativo industrial nacional é que ditou sua finalidade à Instituição; por fim, a fase atual, na qual a sociedade de

mercado determina mais diretamente as mudanças da escola.

Ainda que esse autor esclareça que essas fases não devam ser tomadas linearmente, tendo em vista os embates permanentes de intelectuais que pensavam a função da escola de acordo com projetos distintos de sociedade, não há dúvida que, hoje, o projeto social hegemônico reflete o estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, tomando a educação escolar como mais uma mercadoria no âmbito das relações sociais mercantilizadas e que, portanto, deve se curvar às demandas do setor produtivo e do mercado.

Em artigo que aborda a mercantilização das coisas e, por fim, do ser humano no esforço pela sua reprodução pelo trabalho, Lessa (2006, p. 5) esclarece que

o que marca os processos de individualização (este é o termo técnico, filosófico, para o processo de desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo) é esta destruição do humano. E nesta destruição do que somos hoje enquanto pessoas humanas, novamente, a mercadoria é o seu núcleo decisivo.

Logo, enquanto a lógica da mercadoria permeia as relações sociais, a educação estará a serviço do capital, que tem seus fundamentos na propriedade privada e na divisão de classes. Isso ocorre porque a educação escolar não é neutra e, independentemente do seu nível, acaba internalizando em maior ou menor grau as demandas do mercado.

O estudo das configurações profissionais dos estudantes universitários mostra, nesse contexto, que o genuíno interesse dos jovens e adultos que procuram verticalizar a sua formação escolar para reduzir os riscos de vulnerabilidade econômica é compreensível e faz parte de um

leque de estratégias utilizadas pelos trabalhadores para se inserirem em condições de vantagem em uma sociedade que se pauta pelo individualismo, pelo hedonismo e pela competição.

Se os resultados atingidos nem sempre são os inicialmente projetados, isso não está mais ao alcance dos sujeitos individualmente, mas é tarefa coletiva que requer a construção de uma nova sociedade.

Considerações finais

Este texto apresentou parte dos resultados de uma ampla pesquisa que vem sendo realizada com estudantes universitários. Neste caso específico, procura mostrar a caracterização socioprofissional dos alunos e as relações e percepções dos mesmos com os mundos do trabalho e da educação, a partir de investigações empíricas feitas nos anos de 1998 e 2009.

Com relação ao papel da universidade, o estudo demonstrou a potencialização a ela relacionada no que se refere à inserção e à melhoria das condições de trabalho dos seus estudantes. Embora não seja determinante, tendo em vista a permanência de altos índices de desemprego também entre esse grupo, é um aspecto favorável que, somado a outros relacionados ao perfil do aluno e sua rede de relacionamentos, por exemplo, contribui para a melhoria das condições de trabalho e renda desse público.

A grande participação feminina no grupo de estudantes universitários impacta positivamente nas suas condições de ingresso no mercado de trabalho. Essa maior escolarização atua como um fator compensatório em relação às mulheres, tradicionalmente discriminadas na inserção profissional e marginalizadas quanto às condições de ocupação e renda. Ainda assim, subsistem condições de

precariedade que atingem também e principalmente o grupo feminino, do que é exemplo o trabalho informal, sem cobertura previdenciária e sem observância aos direitos trabalhistas fundamentais.

Os altos índices de desemprego observados inclusive entre os universitários, conforme demonstram também os dados divulgados por organismos nacionais e internacionais, revelam a vulnerabilidade a que está sujeito o grupo da faixa etária entre os 18 e os 24 anos. Isso ajuda a explicar o fenômeno do prolongamento da inatividade juvenil, verificada no retardamento involuntário, em maior ou menor escala, do início da vida profissional, além de estar relacionado à permanência dos estudantes por mais tempo na escola, seja em cursos de graduação ou pós-graduação, inclusive *stricto sensu*.

Além dos avanços tecnológicos, fatores como o crescimento populacional, a economia globalizada e as políticas públicas também afetam a dinâmica dos empregos, o que requer ações coletivas (nas esferas de governo, sindicatos e outras) ou individuais para o seu enfrentamento. Um movimento que coincide com essa tomada de posição frente à problemática do desemprego e da mudança do perfil demandado pelas empresas compreende tanto a universalização escolar quanto a sua verticalização.

A simples reivindicação por mais escola, todavia, pode contribuir para que se negligencie o verdadeiro papel da educação escolar para a classe trabalhadora. Se a escola é um espaço privilegiado de formação profissional, e a universidade surge como a ponta de lança desse processo, não se deve perder de vista o papel que ela pode desempenhar na crítica dos rumos da sociedade capitalista.

A amplitude dos dados e a pertinência do tema têm suscitado novos

estudos e artigos, que se completam no interesse de captar as relações entre escola e trabalho, formação e inserção profissional, sempre a partir da realidade concreta em que se dão os processos formativos e a produção da existência da classe trabalhadora.

Por fim, em se tratando de um tema que perpassa um conjunto de estudos desenvolvidos pelo autor nos últimos 15 anos, registra-se que uma parte dos dados aqui incluídos foi divulgada em eventos da Área, e que nos últimos três anos suas pesquisas contaram com o apoio da CAPES, mediante a concessão de bolsa de estudos.

Referências

- BELOQUE, L.D. 2007. *A cor do trabalho informal: uma perspectiva de análise das atividades “informais”*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 170 p.
- BORGES, Â. 2010. As novas configurações do trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. *Caderno CRH*, 23(60):619-632. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000300012>
- FILGUEIRAS, L.A.M.; DRUCK, G.; AMARAL, M.F. do. 2004. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, 17(41):211-229.
- GONDIM, S.M.G. 2002. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, 7(2):299-309. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200011>
- GUIMARÃES, N.A. 2009. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Novos Estudos*, 85:151-170.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2013. Pesquisa Mensal de Emprego – Notas metodológicas. Brasília. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet.shtm> Acesso em: 08/12/2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2012. Pesquisa Mensal de Emprego – Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abran-

- gidas pela pesquisa. Brasília. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2011.pdf. Acesso em: 12/09/2012.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2009. A desigualdade no desemprego no Brasil metropolitano. Comunicado da Presidência, n. 29. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090922_comunicadoipea29.pdf. Acesso em: 24/08/2014.
- LAVAL, C. 2004. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina, Planta, 324 p.
- LESSA, S. 2006. Trabalho, sociabilidade e individuação. *Trabalho, Educação e Sociedade*, 4(2):231-246. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462006000200002>
- MATTOS, V. 2011. *Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: alongamento da escolaridade e alternativa ao desemprego*. São Paulo, Samã, 135 p.
- NUNES, E.; CARVALHO, M.M. de. 2007. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. *Sociologias*, 9(17):190-215.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2010. *A OIT e o emprego de jovens*. Disponível em: www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/emp_form_jov.php. Acesso em: 29/04/2010.
- RIBEIRO, R.; NEDER, H. 2009. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. *Nova Economia*, 19(3):475-506. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000300004>
- SPARTA, M.; GOMES, W.B. 2005. Importância atribuída ao ingresso na Educação Superior por alunos do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2):45-53.
- TOMÁS, M.C.; OLIVEIRA, A.M.H.C. de; RIOS-NETO, E.L.G. 2008. Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 25(1):91-107. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982008000100006>

Submetido: 19/09/2012

Aceito: 16/12/2013